

Google lança ofensiva contra PL das Fake News

Google promove ofensiva contra PL das Fake News, apontam emails e relatório

Empresa nega privilegiar links contrários ao projeto e diz que não muda manualmente resultados; projeto pode ser votado na terça

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O Google lançou uma ofensiva contra o PL 2630, o projeto de lei que regula a internet e que deve ser votado nesta terça-feira (2), mostram emails, prints e relatos obtidos pela Folha, além de um levantamento do NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Quem usou o Google nesta segunda-feira (1º) se deparou com um link bem abaixo da caixa de busca, com os dizeres: "O PL das fake news pode piorar sua internet". O link direciona a um post do blog do Google com inúmeras críticas ao projeto. Segundo o site de dados Statista, 97% dos brasileiros usam o Google para buscas na internet.

Segundo levantamento do NetLab, a plataforma também está privilegiando links de conteúdo de oposição ao PL nos resultados das buscas sobre o projeto delei, além de anúncios do próprio Google criticando a nova legislação.

Procurada pela reportagem, a plataforma negou que esteja privilegiando links contra o PL em seu buscador e afirmou que seus sistemas de ranqueamento se aplicam para todas as páginas da web, incluindo aquelas que administra.

Em rede social, o ministro Flávio Dino (Justiça) postou imagem da página do Google com link sobre o PL e disse que encaminharia o caso para análise da Secretaria Nacional do Consumidor, de sua pasta, "à vista da possibilidade de configuração de práticas abusivas das empresas".

De acordo com o NetLab, quando se procura por "PL 2630" no buscador, entre os primeiros resultados está um link de publicidade com o título: "PL da Censura". Ele leva a um post no blog do Google que diz que a proposta "pode piorar a sua internet".

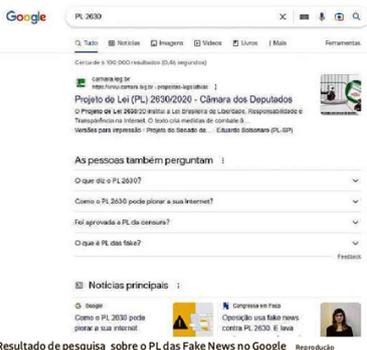
Além desse, os outros links que aparecem nos primeiros resultados das buscas pelo termo são oficiais, como do Senado e Câmara, de veículos de imprensa e de sites hiperpartidários contrários ao PL, como a Revista Oeste, Pleno News, PL da Censura e Boletim da Liberdade, de propriedade do ex-deputado Paulo Ganime (Novo RJ), que lidera campanha contra a regulação, além de vídeos do canal do Brasil Paralelo no YouTube.

Conforme o NetLab, os links do Google contra o PL também apareceram na primeira página não como propaganda, mas como resultado da busca orgânica pelo termo "PL 2630", em consultas realizadas de forma anônima, sugerindo um usuário genérico brasileiro sem histórico, entre os dias 23 e 28 de abril.

Além disso, youtubers recebem desde sexta (28) e-mails do YouTube afirmando que eles perderão dinheiro se o projeto for aprovado. As mensagens dizem que o PL compromete "nosso modelo de compartilhamento de receita".

Dizem que, ao ser obrigada a pagar por conteúdo jornalístico, como prevê o artigo 22 do PL, sobriariam "menos fundos para investir em você, em todos os nossos criadores e nos programas para ajudá-lo a desenvolver seu público". No final, insta os youtubers a falar "com seus deputados nas redes sociais ainda hoje".

Pelo Twitter, o influenciador Felipe Neto respondeu ao email do YouTube, dizendo



Resultado de pesquisa sobre o PL das Fake News no Google. Reprodução

Projeto de Lei 2630/20 >> email para criadores

ASSUNTO: Importante: Uma nova versão do Projeto de Lei 2630/20 e o que isso pode significar para os criadores de conteúdo

Como você deve ter visto nas notícias recentes, o Projeto de Lei 2630/20, também conhecido como "PL das Fake News", está marcado para ser votado na Câmara no próximo mês de maio. Queremos garantir que você esteja ciente do que está no Projeto de Lei e qual o impacto dessas mudanças no seu negócio.

O que há no PL 2630? A Lei de Liberdade, Responsabilidade e Transparência de 2023, ou o chamado "PL das Fake News", destina-se a combater a desinformação e aumentar a transparência nas plataformas online. O YouTube não possui objetivos, missões ou metas assim, a lei trata o dilema oposto, com consequências não intencionais para usuários e criadores como você.

O Projeto de Lei também coloca em risco o futuro do YPP ao negar que o YouTube pague qualquer um que poste conteúdo. Texto distribuído pelo YouTube em email a youtubers em ofensiva contra o projeto de lei

o Blog do Google, por exemplo, também estará bem posicionados em ferramentas de pesquisa de concorrentes. Não alteramos manualmente as listas de resultados para determinar a posição de uma página específica. Nossos sistemas de ranqueamento se aplicam de forma consistente para todas as páginas da web, incluindo aquelas administradas pelo Google.

O Google tinha insinuado suspender seus programas de financiamento ao jornalismo caso o PL seja aprovado, em post no blog no sábado (29). No texto, assinado por Henrique Matos, diretor de parcerias de notícias na América Latina, a empresa afirma que o artigo sobre remuneração jornalística deveria reconhecer o investimento que a empresa já faz, senão "haverá pouco incentivo para que esses esforços de parceria continuem existindo".

Também os criadores de conteúdo para o YouTube que abriram nesta semana o YouTube Studio, interface para gerenciamento de canais, foram surpreendido por uma tarja azul com os dizeres: "Impacto negativo para criadores - Lei das Fake News".

O link levava para texto do YouTube, em que a empresa afirma que, caso a lei seja aprovada, será incentivada "a remover conteúdo de forma agressiva por medo de serem responsabilizados".

Sérgio Hoff, youtuber do canal Sindical Influencer, afirmou estranhado e alerta urgente, uma vez que esse tipo de aviso em geral é relacionado a alteração em políticas da plataforma ou a temas que podem afetar a moderação do seu conteúdo, segundo ele.

"Não se trata de um alerta da plataforma e sim de uma espécie de coação", diz. Em nota, o Google disse que usa as notificações no YouTube "para destacar informações que julgamos ser importantes para esse público". No debate sobre PL 2630/20, entendemos que as vozes de criadores foram pouco consultadas ou consideradas.

Outra queixa veio do grupo Sleeping Giants, que teve um anúncio defendendo PL 2630 derrubado pelo YouTube, com a justificativa de que a peça se relacionava a "eventos sensíveis".

O vídeo criticava as big techs por "fazerem pouco contra a desinformação".

Continua na pág. A6

o Blog do Google, por exemplo, também estará bem posicionados em ferramentas de pesquisa de concorrentes. Não alteramos manualmente as listas de resultados para determinar a posição de uma página específica. Nossos sistemas de ranqueamento se aplicam de forma consistente para todas as páginas da web, incluindo aquelas administradas pelo Google.

O Google tinha insinuado suspender seus programas de financiamento ao jornalismo caso o PL seja aprovado, em post no blog no sábado (29). No texto, assinado por Henrique Matos, diretor de parcerias de notícias na América Latina, a empresa afirma que o artigo sobre remuneração jornalística deveria reconhecer o investimento que a empresa já faz, senão "haverá pouco incentivo para que esses esforços de parceria continuem existindo".

Também os criadores de conteúdo para o YouTube que abriram nesta semana o YouTube Studio, interface para gerenciamento de canais, foram surpreendido por uma tarja azul com os dizeres: "Impacto negativo para criadores - Lei das Fake News".

O link levava para texto do YouTube, em que a empresa afirma que, caso a lei seja aprovada, será incentivada "a remover conteúdo de forma agressiva por medo de serem responsabilizados".

Sérgio Hoff, youtuber do canal Sindical Influencer, afirmou estranhado e alerta urgente, uma vez que esse tipo de aviso em geral é relacionado a alteração em políticas da plataforma ou a temas que podem afetar a moderação do seu conteúdo, segundo ele.

"Não se trata de um alerta da plataforma e sim de uma espécie de coação", diz. Em nota, o Google disse que usa as notificações no YouTube "para destacar informações que julgamos ser importantes para esse público". No debate sobre PL 2630/20, entendemos que as vozes de criadores foram pouco consultadas ou consideradas.

Outra queixa veio do grupo Sleeping Giants, que teve um anúncio defendendo PL 2630 derrubado pelo YouTube, com a justificativa de que a peça se relacionava a "eventos sensíveis".

O vídeo criticava as big techs por "fazerem pouco contra a desinformação".

Continua na pág. A6



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4 e 6